

## **Câmara dos Deputados**

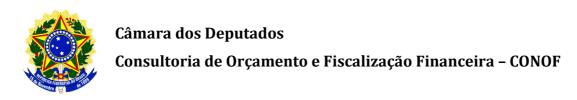
## Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira - CONOF

## INFORMATIVO Nº 154/2017 - PDC 227/2015 - INFORMATIVO DE ADEQUAÇÃO DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA À INSTRUÇÃO DO PROCESSADO PARA EFEITOS DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA TIPO DA PROPOSIÇÃO: PDC NÚMERO: 227 ANO: 2015

1. A proposição provoca repercussão negativa no âmbito dos orçamentos da União, estados e
municípios?
☐ Aumento de despesa - ☐ União ☐ estados ☐ municípios
☐ SIM → ☐ Diminuição de receita - ☐ União ☐ estados ☐ municípios
oxtimes NÃO
1.1.Há proposição apensa, substitutivo ou emenda que provoque aumento de
despesa ou diminuição de receita na União, estados e municípios?
Aumento de despesa. Quais?
☐ SIM ← ☐ Implica diminuição de receita. Quais?
Não implica aumento da despesa ou diminuição da receita. Quais?
⊠ NÃO
2. Em caso de respostas afirmativas às questões do item 1:
2.1.Há emenda de adequação que suprima o aumento de despesa ou diminuição de receita?
☐ SIM (Emenda n°) ☐ NÃO
2.2. A proposição está instruída com estimativa do impacto orçamentário e
financeiro no exercício em que seus efeitos devam entrar em vigor e nos dois subsequentes?
$\square$ SIM $\square$ NÃO
2.3. A estimativa de impacto da proposição foi elaborada por órgão dos Poderes, do Ministério Público da União ou Defensoria Pública da União e encontra-se acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas?
$\square$ SIM $\square$ NÃO
2.3. Foi indicada a compensação com vistas a manter a neutralidade fiscal da proposta?
$\square$ SIM $\square$ NÃO
3. As demais exigências constitucionais, legais e regimentais relacionadas à adequação e compatibilidade orçamentária e financeira foram atendidas?
SIM □ NÃO
3.1. Se não, relacionar dispositivo infringido:
5.1. Se nao, relacionar dispositivo iniringido.
4. Outras observações:

O Projeto de Decreto Legislativo nº 227, de 2015 (PDC 227/2015), pretende sustar a Portaria Interministerial nº 703, de 31 de agosto de 2015, que atualiza monetariamente as taxas de fiscalização de serviços de vigilância e de transporte de valores, conforme Anexo da Lei nº 9.017/1995.

Importa registrar que a Portaria Interministerial objeto da proposição não mais está em vigor, visto que foi revogada pela Portaria Interministerial nº 48, de 27 de janeiro de 2017. O PDC 227/2015 incide, portanto, sobre ato normativo inexistente. Tal constatação, aliada à eficácia *ex nunc* dos efeitos do eventual ato



que decorreria projeto em análise, força a conclusão no sentido de que **a matéria não tem implicação orçamentária e financeira** sobre os Orçamentos da União.

Brasília, 18 de maio de 2017.

Dayson Pereira Bezerra de Almeida Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira